

1



2

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER – CMDM

3

Nº04/2025

Ata da Reunião Ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher

20/05/2025

1 Ao vigésimo dia do mês de maio de dois mil e vinte e cinco, deu-se início à Reunião
2 Ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher – CMDM, de forma presencial.
3 Estavam presentes as seguintes Conselheiras: Edla Maria Mazzuco Coan (Secretaria de
4 Assistência Social); Daiane Rocha (Secretaria Municipal de Saúde); Cíntia Goudinho
5 Barbosa (Procuradoria Geral do Município); Samira Mafioletti Macarini Frizon (Delegacia
6 da Mulher); Fabíola Bittencourt dos Santos Coelho (Representante de Órgão Público que
7 disponha sobre a Promoção de Igualdade Social – COPIRC); Fabiana Domingos Bertier
8 (Conselho Tutelar); Jéssica Soares Colere (Comissão Mulher da OAB); Natália Bessa
9 (Grupo de Apoio e Prevenção à AIDS de Criciúma – GAPAC); Arlete de Nascimento (Rede
10 Feminina de Combate ao Câncer); Rindalta Das Graças de Oliveira (Associação de Pessoas
11 com Deficiência da Região Sul De Santa Catarina – JUDECRI); Raquel da Silva (Sindicato
12 dos Servidores Públicos Municipais de Criciúma); Maiara Leandro (Escola Superior de
13 Criciúma – ESUCRI) e Monica Ovinski de Camargo Cortina (Núcleo de Estudo de Gênero
14 das Universidades – UNESC). A Presidente Rindalta Das Graças de Oliveira (Associação
15 de Pessoas com Deficiência da Região Sul De Santa Catarina – JUDECRI) iniciou a
16 reunião saudando todas presentes. Em seguida, realizou a verificação do quórum e ressaltou
17 a importância da assinatura da Ata nº 03/2025. Posteriormente, foi informado que, visando
18 uma melhor fluidez da reunião, a ordem das pautas seria alterada, iniciando-se pelos
19 informes. Em seguida, a palavra foi passada à conselheira Maiara Leandro (Escola Superior
20 de Criciúma – ESUCRI), que relatou uma visita da comissão indicada na reunião anterior
21 realizada a um hotel na região de Criciúma. Segundo ela, o local apresentava sérios
22 problemas, como a presença de mofo e a ausência de iluminação natural em determinados
23 quartos, devido à obstrução causada por muros da parte frontal do prédio. Essa
24 configuração resultava em ambientes escuros e mal ventilados, considerados perigosos para
25 as famílias com suas crianças que são hospedadas quando em situação de vulnerabilidade, a
26 situação era ainda mais agravada pela ausência de redes de proteção nas janelas. Por meio
27 de uma apresentação com slides, foram exibidos vídeos da visita realizada, incluindo
28 imagens de um dos quartos do hotel que não recebia luz solar. A conselheira Fabiana
29 Domingos Bertier (Conselho Tutelar), que também participou da visita, destacou que o
30 quarto mostrado nos vídeos representava a condição mais crítica observada no local, pois a
31 janela estava posicionada em um fosso, o que comprometia a circulação de ar e afetava
32 negativamente a qualidade do ambiente. Ressaltou a necessidade das redes protetivas nas
33 janelas. Informou também, do descuido referido pelas famílias a respeito da baixa
34 quantidade de alimentação. Em resposta a uma dúvida levantada por uma das conselheiras



CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER – CMDM

35 sobre a possibilidade de alugar uma casa para acolhimento dessas famílias em vez de
36 utilizar um hotel, a conselheira Cíntia Goudinho Barbosa (Procuradoria-Geral do
37 Município) esclareceu que esse plano está em fase de vistoria para viabilização. Após a
38 discussão do tema, foi deliberado que as conselheiras elaborarão um documento a ser
39 encaminhado ao Promotor de Justiça Samuel Dal Farra Naspolini, titular da 12ª Promotoria
40 de Justiça de Criciúma e também para a 5ª Promotoria de Justiça que também responde pela
41 pauta. Prosseguindo ao próximo ponto de pauta, A Presidente realizou a leitura do ofício
42 recebido da 5ª Promotoria de Justiça, referente à apresentação do novo Promotor de Justiça,
43 Dr. Douglas Roberto Martins. O referido Promotor colocou-se à disposição do CMDM –
44 Conselho Municipal dos Direitos da Mulher e compartilhou suas principais frentes de
45 atuação, destacadas pela Presidente: atuar nas áreas da Cidadania e dos Direitos
46 Fundamentais; e na curadoria de Fundações e do Terceiro Setor; e na tutela difusa e coletiva
47 da educação, notadamente nos procedimentos relativos à evasão escolar (APOIA), sendo a
48 defesa da cidadania e dos direitos fundamentais, com ênfase especial na área da educação.
49 Dr. Douglas também reiterou sua disponibilidade para colaborar com o Conselho sempre
50 que necessário. Para viabilizar um diálogo com o Promotor, ficou decidido que a Comissão
51 realizará uma visita a qual ficou como encaminhamento um convite para ele participar da
52 próxima reunião do conselho ou uma visita de uma comissão que será agendada caso não
53 seja compatível as agendas. Tratando-se da pauta referente à “Revisão/mudança do
54 Regimento Interno”, as conselheiras debateram sobre a participação de homens no
55 Conselho, evidenciando se uma divisão de posicionamentos entre aquelas que apoiam a
56 ideia e as que são contrárias. Diante disso, a conselheira Edla Maria Mazzuco Coan
57 (Secretaria de Assistência Social) sugeriu que fosse realizada uma leitura atenta e cuidadosa
58 do Regimento Interno, com o objetivo de possibilitar uma análise mais precisa das
59 possíveis alterações, o que foi aprovado pela Presidente. Dando sequência à reunião, a
60 conselheira Maiara discutiu juntamente com as demais o “Planejamento Anual do CMDM”,
61 elaborado com base nas ações previstas para cada mês do ano, o que será discutido em
62 todas as reuniões do conselho. Durante a exposição, distribuiu post-its às conselheiras
63 presentes, solicitando que escrevessem sugestões de atividades e as colocassem no mês que
64 considerassem mais adequado para sua execução. A conselheira Fabiana propôs a
65 realização de eventos mensais em locais públicos, com o objetivo de distribuir panfletos
66 informativos sobre os direitos das mulheres e apresentar o Conselho à comunidade. A
67 iniciativa visa ampliar o conhecimento da população feminina sobre o CMDM,
68 promovendo maior visibilidade e aproximação com o público, sua fala teve a concordância
69 das outras conselheiras, que reforçaram a importância de dar maior visibilidade ao trabalho
70 que as mesmas exercem. A conselheira Samira Mafioletti Macarini Frizon (Delegacia da
71 Mulher) apresentou a sugestão de realizar visitas a Instituições que atuam diretamente com
72 mulheres, citando como exemplos a Ordem dos Advogados do Brasil – OAB, a própria
73 Delegacia da Mulher, entre outras entidades que ainda serão definidas em futuras



CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER – CMDM

74 discussões. A conselheira Fabiana enfatizou a importância de haver uma representante na
75 Comissão dos Direitos Humanos e conversou com a conselheira Cíntia para que ambas se
76 aprofundassem no assunto. Retomando a fala, a conselheira Samira lembrou um tema
77 discutido em reuniões anteriores, referente à proibição imposta às escolas quanto ao ensino
78 de educação sexual, diante da possibilidade de aplicação de multas por expor crianças e
79 adolescentes a “imagens, músicas ou textos pornográficos ou obscenos”. Ela destacou que
80 os principais problemas enfrentados decorrem da insegurança de muitos professores ao
81 abordar temas relacionados à violência sexual, bem como do fato de grande parte dos
82 adolescentes, atualmente, não utilizarem preservativos. Na sequência, a conselheira Fabiana
83 compartilhou um caso em que encontrou uma estudante de 11 anos ensanguentada em sala
84 de aula, devido ao início de sua menstruação. Entretanto, por conta da proibição do ensino
85 sobre as partes genitais, a professora responsável se viu impedida de oferecer orientação ou
86 auxílio adequado à aluna naquela situação. O relato reforçou entre as conselheiras a
87 urgência e a relevância da inclusão da educação sexual no ambiente escolar, como forma de
88 proteção, esclarecimento e promoção da saúde de crianças e adolescentes. A conselheira
89 Edla, diante de todas as ações registradas para o planejamento anual do Conselho, sugeriu a
90 elaboração de um fluxograma, com o objetivo de organizar as atividades de forma mais
91 orientada e precisa. Complementando sua proposta, a conselheira Raquel da Silva
92 (Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Criciúma) falou que seria interessante a
93 criação de um Estatuto Municipal dos Direitos da Mulher, com a definição de áreas
94 específicas do Direito, de modo que o planejamento do Conselho esteja alinhado a esse
95 documento. Não havendo mais nada a tratar, a Presidente agradeceu a presença das
96 conselheiras e o comprometimento demonstrado com as pautas abordadas, encerrando a
97 reunião e despedindo-se de todas. E eu, Isadora Rabelo Celso, lavrei-a presente ata, que
98 após lida e aprovada, será por todos os presentes assinadas.

100 Edla Maria Mazzuco Coan (Secretaria de Assistência Social);

101 Daiane Rocha (Secretaria Municipal de Saúde);

102 Cíntia Goudinho Barbosa (Procuradoria-Geral do Município);

103 Samira Mafioletti Macarini Frizon (Delegacia da Mulher);

104 Fabíola Bittencourt dos Santos Coelho (Representante de Órgão Público que disponha
105 sobre a Promoção de Igualdade Social – COPIRC);

10



11 **CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER – CMDM**

12

106 Fabiana Domingos Bertier (Conselho Tutelar);

107 Jéssica Soares Colere (Comissão Mulher da OAB);

108 Natália Bessa (Grupo de Apoio e Prevenção à AIDS de Criciúma – GAPAC);

109 Arlete de Nascimento (Rede Feminina de Combate ao Câncer);

110 Rindalta Das Graças de Oliveira (Associação de Pessoas com Deficiência da Região Sul De
111 Santa Catarina – JUDECRI);

112 Raquel da Silva (Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Criciúma);

113 Maiara Leandro (Escola Superior de Criciúma – ESUCRI);

114 Monica Ovinski de Camargo Cortina (Núcleo de Estudo de Gênero das Universidades –
115 UNESC)